

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

NAYARA VEIGA DEMARI

A ESPERA DO LADO DE FORA:

Uma análise da gestão da espera pelas visitas em Itirapina - SP.

SÃO
CARLOS 2022

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

NAYARA VEIGA DEMARI

A ESPERA DO LADO DE FORA:

Uma análise da gestão da espera pelas visitas em Itirapina - SP.

Trabalho de conclusão de curso apresentado
como requisito parcial para obtenção do grau
de Bacharelado em Ciências Sociais
Orientadora: Profa. Dra. Luana Dias Motta

SÃO
CARLOS2022

A espera do lado de fora:

Uma análise da gestão da espera pelas visitas em Itirapina - SP.

NAYARA VEIGA DEMARI

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como
requisito parcial para obtenção do grau
de Bacharelado em Ciências Sociais

Orientadora: Profa. Dra. Luana Dias Motta

Aprovado em _____ de _____ de _____.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Luana Dias Motta - UFSCar

Orientadora

Deborah Fromm -

UNICAMP Examinadora

*A todos aqueles que esperam. Do lado de dentro
e do lado de fora.*

AGRADECIMENTOS

Essa monografia se desenvolveu em tempos difíceis. Ao longo da graduação presenciei desmontes e ataques não só à universidade pública, mas a todo o sistema educacional público brasileiro, no qual estudei durante toda a minha vida. Ao mesmo tempo, não pude deixar de comemorar o fato de ser a primeira pessoa da família a acessar uma universidade pública. Por essa conquista gostaria de agradecer em primeiro lugar aos meus pais, por todo apoio e incentivo. O apoio de vocês para que eu estudasse aquilo que amo e o fato de sempre acreditarem no meu potencial foi muitas vezes a motivação que eu precisei e onde encontrei refúgio em muitos momentos em que achei que não conseguiria.

Em São Carlos conheci pessoas incríveis que compartilharam comigo e que fizeram parte da construção de quem sou hoje. À Gabriel Lino, qualquer agradecimento parece pequeno. São anos de convivência construindo uma das relações mais incríveis e recíprocas que já vivi. Obrigada por todas as músicas, comidas, sentimentos, blusas de frio, receitas, passeios, dúvidas, madrugadas estudando, indignações e latões de kaiser compartilhados. Obrigada por toda a escuta e troca que culminaram nesta monografia, seus comentários sempre muito certos me ajudaram a encontrar o caminho. À Paulinha e Mirella, por nosso primeiro ano juntas. Obrigada por tanta troca e tanta diversão. Vocês fizeram minha vida mais leve. À Aline Chan, obrigada pela nossa comunicação telepática. Tudo fica divertido com você. Até pegar o ônibus errado em dia de prova. À Leticia Santos agradeço por todos os dias compartilhar a vida comigo. A distância sempre será só um detalhe. À Dhemerson agradeço por todos os dias cantar e espantar os males. Obrigada por sempre me incentivar a saber e refinar meus argumentos.

Agradeço também, especialmente a meu amigo Wesdras, por ter me dado a oportunidade de juntos pensarmos e construirmos o documentário Da grade pra cá e a Larissa, Edgar, Alexandre, Danilo, Pedro, Loturco, Alice, Maria Fernanda e Bruna por terem me recebido tão bem na equipe. Foi maravilhoso trabalhar com vocês. Agradeço, por último, mas não menos importante, a Luana Motta, minha orientadora, pelo tempo, paciência, revisões e estímulos.

RESUMO

Esse trabalho busca analisar os processos de espera que atravessam as visitas do sistema penitenciário paulista. Eles se dão nos momentos que antecedem a passagem do portão de entrada das unidades penais. Através da revisão bibliográfica e de observações realizadas durante a produção do documentário "Da grade pra cá", são analisados os processos de espera impostos a visitas, que gerem as mesmas a fim de limitá-las o máximo possível. Apesar desse esforço, esses processos de gestão podem ser interrompidos quando uma transferência desavisada acontece e as visitas precisam se reorganizar para voltar a visitar, deixando para trás todo o esforço mobilizado para realizar a visitação.

Palavras-chave: familiares, visitas, prisão, espera.

LISTA DE SIGLAS

CDP - Centro de Detenção Provisória

CPP - Centro de Progressão Penitenciária

CR - Centro de Ressocialização

P1 - Penitenciária 1

P2 - Penitenciária 2

RDD - Regime Disciplinar Diferenciado

ROTA - Rondas Ostensivas Tobias Aguiar

SAP - Secretaria de Administração Penitenciária

PCC - Primeiro Comando da Capital

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	8
2. CONTEXTO HISTÓRICO: A interiorização do sistema penitenciário paulista... ..	17
3. A DINÂMICA DO INTERIOR.....	22
4. AS VISITAS: Distâncias, esperas e incertezas.	29
4.1. Iguais entre as iguais.	31
4.2. “DE REPENTE CANTO O BONDE DELE”: A transferências inesperadae o aumento da espera...36	
5. CONCLUSÃO.....	39
6. BIBLIOGRAFIA.....	41

1. Introdução

Era uma noite gélida de maio de 2019 quando o motorista de aplicativo nos deixou, eu e mais três amigos, na rua de terra em frente à P2, como é chamada a Penitenciária João Batista de Arruda Sampaio, localizada na cidade de Itirapina – SP. Apesar de agasalhada com a maior quantidade de roupas que eu conseguia vestir, o vento frio fazia arrepiar e a luz dos holofotes da penitenciária entrecortava a névoa, permitindo ver apenas o contorno dos homens fortemente armados andando por cima da muralha. Olhei no celular: meia noite e meia. Era dia de visita na penitenciária, mas dessa vez chegamos tão cedo que o bar onde as visitas se encontravam ainda estava fechado. Em um grupo de quatro pessoas fomos até a parte externa do bar, onde havia uma mesa de bilhar e bancos compridos dos dois lados. Sentamos num dos bancos a fim de esperar que o bar abrisse e pudéssemos conversar com as mulheres que se reuniam ali todos os finais de semana. Nesse momento nos deparamos com uma cena com a qual só tivemos a oportunidade de observar por termos chegado muito antes do horário de costme: três homens jovens sentados em um dos bancos comemoravam a liberdade. Eles, agitados, fumavam cigarros no que parecia ser um misto de tentativa de aliviar a ansiedade e apartar o frio. Soltos no início da madrugada, eles vestiam apenas uma camiseta branca com o logo da penitenciária e uma bermuda azul. Falavam alto, entre eles, mas a sensação era de que, de uma forma comemorativa, gostariam que todos ali ouvissem o que diziam. Conversavam sobre liberdade, sobre coisas que viveram juntos dentro da cadeia, sobre a ansiedade da espera de ver seu *peessoal*¹ e afirmavam que jamais esqueceriam de todo o apoio dado entre eles. Logo em seguida os familiares dos agora ex-presidiários foram chegando. O abraço longo e apertado na mãe, o beijo emocionado na namorada. De repente, silêncio. Todos já tinham partido.

Restava ali apenas nós e a *guia*², que silenciosamente aguardava sentada no canto da parte externa do bar com seu caderninho, dois bolos de senhas e que às vezes nos olhava com certa desconfiança. Poucas das vezes que fomos ao bar conversar com as mulheres coincidiram com o dia da *guia desfavorável*, mas em todas elas me senti desconfortável. Nessa noite em que chegamos mais cedo, ficamos durante um tempo apenas nós e ela. Sentada no seu canto, com seu caderno e senhas, ela mexia no celular e evitava qualquer

¹ Termo utilizado para se referir às pessoas próximas como familiares e companheiras. Todos os termos ênicos estarão destacados em itálicos.

² Posição ocupada pelas visitantes responsáveis pela organização das visitas em unidades penais dominadas pelo PCC. No caso da cidade de Itirapina, as *guias* ficavam responsáveis por distribuir as senhas que posteriormente organizariam a ordem da fila para entrada no presídio, fornecer informações sobre as regras de visitação (itens proibidos e itens permitidos), tirar dúvidas sobre documentos necessários e mudanças de procedimentos de visitação.

contato visual conosco. Como era uma noite muito fria, quando chegava uma van, as mulheres desciam enroladas em seus cobertores, pegavam suas senhas, algumas iam rapidamente ao banheiro e todas voltavam imediatamente para a van. Silêncio novamente. Ainda no início da madrugada, por volta da 1h da manhã, um carro encostou na frente do bar e dele desceram duas mulheres, falando alto e animadas foram conversar com a *guia*. Uma delas abriu o porta malas e anunciou que havia levado um fardo de cerveja. Pegaram algumas latas e se sentaram em frente à mesa em que a *guia* apoiava seu caderno de anotações. Uma delas contava sobre as festas e churrascos que frequentava antes de ir para a visita e sobre como esses eventos não eram mal vistos pelo marido, já que ela mesma contava tudo a ele. Esse comentário, dito em alto e bom som, pode ser entendido como uma tentativa de justificar a atitude de levar cervejas ao ponto de encontro das visitas, já que mulheres que consomem bebida alcoólica durante a espera, ouvem funk ou falam palavrões não são bem vistas pela maioria das visitas já que essas atitudes são entendidas como falta de *disciplina* (LIMA, 2013).

Estávamos ali para a gravação de um documentário sobre o dia de visita e as questões que o envolviam a partir da perspectiva das visitantes. Para isso, a proposta era entrevistar familiares de presos em dias de visita. Já havíamos ido à P2 duas vezes com esse objetivo. Deduzi, a partir do clima desconfortável, que aquelas mulheres não estavam disponíveis para uma potencial entrevista e por isso ficamos conversando entre nós na espera de que o bar abrisse. Por volta da 1h30 da manhã adormeci. Quando acordei o bar já estava movimentado, com mulheres conversando ao meu lado: eu tinha adormecido sentada no banco ao lado da mesa de bilhar, onde elas ajeitavam os alimentos nas sacolas. O bar estava cheio, conversamos com algumas senhoras, falhamos em estabelecer diálogos com outras mulheres mais jovens, era extremamente perceptível o nosso descolamento do ambiente. As mulheres começaram a se deslocar para a calçada do presídio, o que me fez deduzir que o relógio devia estar próximo de bater 7h da manhã: o dia já estava amanhecendo e esse era o horário que elas, pontualmente, se aglomeravam para ouvir a chamada que organizava a ordem da fila de entrada no presídio. Geralmente nesse momento nós costumávamos nos dividir em duplas, sempre contendo uma mulher da equipe, e íamos abordando pessoas na fila a fim de conversar e encontrar alguém que aceitasse participar do documentário. Nesse dia em específico senti o clima muito desconfortável. Sugeri que não fizéssemos a abordagem e que ao invés disso nos deslocássemos até a P1. A ideia foi aceita pelo grupo e então partimos.

A dificuldade para se integrar às visitantes já era algo esperado. Antes de iniciarmos a procura por interlocutoras e potenciais personagens para o documentário, realizado

como Trabalho de Conclusão de Curso do curso de Imagem e Som da Universidade Federal de São Carlos³, a revisão bibliográfica realizada apontou que seria necessário ter cuidado e sensibilidade para iniciar a interação com as visitantes. Nos trabalhos realizados por Karina Biondi (2009), Giane Silvestre (2011) e Jacqueline Lima (2013) sobre prisões e as visitas, a forma pela qual as pesquisadoras entraram em campo foi importante para que elas obtivessem a abertura necessária das interlocutoras. No caso de Karina Biondi, sua entrada no campo se deu quando seu marido foi preso injustamente e ela passou a visitá-lo. Mesmo que o foco da pesquisa de Biondi fosse o Primeiro Comando da Capital e não as visitas, na posição de *mulher de preso* ela interagiu com outras visitantes e fez algumas observações sobre as suas dinâmicas. Já nas pesquisas de Silvestre (2011) e Lima (2013) a entrada em campo se deu através de pessoas próximas que conheciam pessoas que visitavam: no primeiro caso uma vizinha da pesquisadora conhecia a dona de um estabelecimento onde as visitas costumavam se alojar aos finais de semana, no segundo o contato com uma parte das interlocutoras se deu através de amigos próximos que conheciam visitantes e outra parte através de um contato intermediado por Biondi (2009). Como o documentário foi produzido na mesma cidade onde Silvestre (2011)⁴ realizou sua pesquisa, entramos em contato com a pesquisadora a fim de avaliarmos a possibilidade de sermos apresentados a dona do estabelecimento mencionado em seu trabalho, mas não foi possível. Sem um contato que intermediasse essa primeira interação, ficou a cargo da equipe de produção ir até à cidade, identificar quais eram os pontos de encontro das visitantes e conseguir autorização das mesmas para nossa aproximação. Mas o retorno não foi animador: a *guia* deixou claro que não era favorável a realização do documentário pois não confiava na mídia, que constantemente distorce fatos e acontecimentos sobre o sistema prisional; mas afirmou não ser contra nossa presença no local. Ficou estabelecido que nós poderíamos frequentar o bar onde as visitas se encontravam, conversar com quem quisesse conversar conosco, mas que não levaríamos câmeras ou gravadores ao local.

³ O projeto foi submetido a uma banca e, tendo sido aprovado, foi posteriormente executado por mim e por uma equipe de formandos e estudantes do curso de Imagem e Som de outros anos. A arrecadação de recursos para sua execução foi realizada através de vaquinha virtual e pela participação da equipe na organização de festas realizadas pelo curso de Imagem e Som da UFSCar. Após a conclusão do projeto, o documentário foi exibido na Mostra de TCCs do curso de Imagem e Som da UFSCar (2019) e na 19ª Mostra de Audiovisual Universitário e Independente da América Latina (2020), na qual recebeu o prêmio de Curta mais visualizado na categoria Universitária/Documentário.

⁴ A cidade foi escolhida por ser próxima à cidade de São Carlos, o que favoreceu o deslocamento da equipe juntamente com os equipamentos. O fato de Silvestre (2011) ter realizado sua pesquisa em Itirapina também pesou positivamente na decisão já que oferecia um panorama amplo sobre as dinâmicas da cidade e das visitantes.

Uma *guia*, segundo Lima (2013), é uma função ocupada por uma *cunhada*⁵, em unidades prisionais *dominadas* pelo *Comando*, que fica responsável pela organização das viagens, controle do tempo das paradas do ônibus, contagem das passageiras, auxílio nas questões de documentações exigidas pelo presídio, informações sobre as vestimentas, alimentos e produtos permitidos. Elas também são referências das visitas em relação aos comunicados dos *presos* direcionados aos familiares. As *guias* devem estar presentes em todas as visitas, mesmo quando seu marido está no *pote*, ou seja, no castigo. Como cada cadeia tem seu ritmo (LIMA, 2013), existem diferenças em questões de organização das visitas e também dos itens permitidos de cada penitenciária.

No caso de Itirapina, as *guias* ficam no bar que se localiza em frente a P2, distribuindo as senhas, dando o apoio necessário as visitantes, gerenciando possíveis conflitos e organizando a fila de entrada no presídio. As visitas em Itirapina, e em outras unidades do estado, se dão da seguinte forma: os raios, que são as divisões onde se encontram as celas, são divididos em pares e ímpares. No final de semana a visita dos raios pares acontecem em um dia e dos raios ímpares em outro dia. Escolhe-se uma *guia* que visite um *preso* no raio ímpar e uma *guia* que visite um *preso* no raio par, e essa lógica acompanha os dias de visitas: se a visita do raio par é no sábado, a *guia* no sábado será a *guia* do par; conseqüentemente, a visita do raio ímpar seria no domingo e, portanto, a *guia* do ímpar será a *guia* no domingo. Se o *preso* da *guia* é solto ou transferido, uma nova *guia* é escolhida. A atribuição da posição de *guia* a uma *cunhada* é feita *pelos irmãos*⁶, mas deve ter consentimento da mesma e de seu marido. Apesar de todas essas atribuições, a função de *guia* não é uma posição de autoridade sobre as outras visitas e todas devem ser tratadas em pé de igualdade (LIMA, 2013). Isso ficou claro não só quando a *guia*, que era *desfavorável*, nos disse que poderíamos estar no bar e conversar com quem quisesse conversar conosco, mas também quando a outra *guia* teve uma posição *favorável* ao documentário e isso não se tornou um problema. Por esse motivo, continuamos indo ao bar à procura de nossas interlocutoras, tomando sempre o cuidado de não sermos invasivos e com a sensibilidade de perceber quando alguém não se sentia à vontade para conversar.

Era um sábado, quando por volta das 3h da manhã, chegamos ao bar. Era a primeira vez que íamos ao bar a fim de procurar possíveis interlocutoras. Estava relativamente quente

⁵ Termo utilizado para se referir a companheiras/esposas/namoradas de presos batizados no PCC. Ser batizado é ter passado pelo processo para integrar o PCC como irmão/irmã. A partir da posição *irmão/irmã* surgem outras posições como a posição de *cunhada*, que indica que a mulher é casada com um *irmão* e *primos/as*, uma pessoa envolvida com o “Partido”, mas que não foi batizada.

⁶ Termo utilizado para se referir aos membros batizados do PCC.

para uma madrugada de fim de maio e o bar estava calmo, pouco movimentado e a trilha sonora do momento era um sertanejo sofrência, um estilo de música que fala sobre decepções amorosas e saudade da pessoa amada. Ao lado da mesa de bilhar uma mulher jovem e enérgica percebeu nossa presença e nos cumprimentou. Conversando com alguém, ela segurava dois espetos, como aqueles de churrasco, com papéis rosas furados em um deles e papéis amarelos furados no outro. Acanhados, ficamos do lado de fora, conversando e observando. Em todos os momentos em que estivemos no bar e seus arredores era facilmente reconhecível que éramos “de fora”: as mulheres usavam calças de moletom ou calças legging das mais variadas cores e estampas, o calçado era sempre chinelo, quando fazia frio adicionavam uma meia, o moletom sempre sem zíper e sem touca e a única bolsa que carregavam eram as sacolas transparentes do *jumbo*. Em contraste, chegamos trajando todas as roupas não permitidas pela penitenciária: calça jeans, tênis, casacos com zíper, touca e usávamos mochila. Enquanto conversávamos sobre como abordar as mulheres ali presentes um carro parou na rua, uma mulher desceu, foi até a mulher que nos cumprimentou, respondeu algumas perguntas, recebeu algumas orientações, pegou um dos papéis coloridos e foi embora. Nos demos conta então, de que aquela mulher era a outra *guia*. Aproveitamos a tranquilidade do momento e perguntamos se ela poderia conversar conosco.

Enquanto disputava a trilha sonora do ambiente com o dono do bar, gritando para que ele tirasse aquela “música de corno” e colocasse “Poesia Acústica”, ela nos falou sobre a experiência da visitação, relatou as violências que sofrem por parte dos funcionários do presídio, sobre a organização das visitas, sobre sua vida. Ela nos explicou como se dava a dinâmica da fila naquela penitenciária: existem dois grupos de senhas, as comuns e as preferenciais. As preferenciais são distribuídas para pessoas acima de 70 anos, ou que ainda não tenham alcançado os 70 anos mas que estejam com algum problema de saúde grave. Também tem direito a senha preferencial mulheres grávidas ou com crianças de colo. No caso de mulheres com pouco tempo de gravidez é preciso apresentar um exame para comprovação. A senha começa a ser distribuída no fim da tarde da sexta-feira e para de ser distribuída no momento em que a *guia* sai do bar e vai em direção a calçada da penitenciária para começar a organizar a fila. As mulheres buscam chegar o mais cedo possível, afim de

⁷ Em uma das unidades penais que Biondi visitou seu marido ela relata que algumas mulheres haviam acampado em frente ao CDP ainda na quinta-feira, para visitar no sábado de manhã, ficando entre as 30 primeiras visitantes a entrar para a visitação. Biondi, que havia chegado às 2h da manhã do sábado, pegou a senha número 239 e relatou sobre como o número de visitantes variava consideravelmente entre as unidades penais que ela havia visitado.

pegar o menor número e serem umas das primeiras a entrarem no presídio. Essa preocupação em chegar cedo para pegar um bom lugar na fila também é percebido por Biondi (2009)⁷ e Lima (2013).

Depois de pegar a senha, a pessoa fica livre para fazer suas coisas, como comprar algo que esteja faltando, e deve retornar à tempo de ouvir a chamada das senhas da fila. Algumas visitas ficam alojadas numa hospedagem ao lado do bar, onde alugam e dividem quartos, além de terem a opção de alugar também a cozinha para a preparação das comidas. Outras adotam o serviço de vans e ficam pelo bar ou mesmo dentro das vans esperando o horário de se preparar para ir pra fila. Existem também aquelas que vão por conta própria, de carro, e às vezes acabam dividindo a viagem com alguma visita conhecida que more na mesma cidade. Independente do modo como chegam até lá, o bar é um ambiente central para as visitas da P2. Além de ser o lugar onde fica a *guia* e consequentemente onde se retira a senha, o bar é também onde as visitas interagem entre si, onde podem ficar sentadas nos bancos conversando, comer algo ou comprar itens permitidos pela penitenciária, como chinelo ou cigarro. No bar existem dois banheiros: um na parte externa, sem espelho, e um dentro do bar, este com um grande espelho do lado de fora, onde as mulheres se arrumam e fazem suas maquiagens. O bar é também um local onde se confirma ou recebe informações: uma mulher estava com dúvida se estava autorizado levar refrigerante no raio onde o filho dela estava preso. Quando perguntou para a *guia*, esta se posicionou no meio da parte externa do bar, onde a maioria das mulheres se concentravam ou passavam e disse bem alto: "Ó! Prestenção! O refrigerante no raio tal não tá podendo entrar! Eles tão de castigo! Acharam pinga na cela deles e o refrigerante foi cortado! Aquele bando de cachaceiro!". As mulheres riram e em seguida voltaram a fazer o que estavam fazendo.

Agora com o bar cheio e movimentado, e também com a confiança passada pela *guia* que se ofereceu para resolver qualquer problema que tivéssemos, os membros da equipe já haviam se espalhado com mais facilidade pelo bar e conversavam com as mulheres que davam abertura. O ambiente era relativamente descontraído, crianças andavam pelo bar, algumas mulheres assistiam uma televisão que ficava na parte interna do bar, outras conversavam entre si. O barulho de conversa era generalizado num volume agradável. Alguns cachorros dormiam ao lado das visitas que conversavam esperando o tempo passar, mas estavam sempre atentos às enormes sacolas transparentes carregadas de comida que eram posicionadas em cima da mesa de bilhar ou dos bancos. Uma grande espera coletiva se passava ali. O clima tranquilo começava a se alterar conforme a hora se aproximava das 5h da manhã e muitas vezes não era necessário ver a hora para saber: conforme os tons do céu

iam se tornando levemente mais claros, a agitação no bar ia se intensificando. Era preciso quietudo estivesse em ordem antes que a chamada começasse. Por volta das 6h30 as mulheres começavam a sair do bar e se dirigir à calçada da penitenciária, que ficava do outro lado da rua. Encostadas na grade, no poste ou até mesmo sentadas na calçada, elas formavam pequenos grupos e conversavam entre si. Essa espera durava até que, pontualmente às 7h da manhã, a *guia* começasse a chamada. Nesse momento as conversas se encerravam e a voz que se ouvia era a da *guia*, que gritava número por número, começando pelos números da preferencial e em seguida para os comuns. Quem não estivesse atento à chamada e perdesse o momento em que seu número fosse chamado deveria ir para o final da fila, mas em nenhum dos dias em que acompanhamos as visitas presenciamos tal fato, já que as visitas estavam sempre muito atentas. Com a fila já organizada, era necessário novamente esperar. No processo de encontrar pessoas dispostas a participar do documentário, era nesses momentos de espera que nós transitávamos entre as visitas puxando assunto, nos apresentando e falando da nossa proposta.

Nosso grupo, que geralmente contava com 4 pessoas, nos dividíamos em duplas sempre compostas com pelo menos uma mulher da equipe e abordávamos os grupos de mulheres a fim de encontrar pessoas dispostas a conversar conosco. Conversamos com muitas pessoas, muitas delas achavam que éramos assistentes sociais ou advogadas e passavam a nos relatar os vários problemas daquela penitenciária, ouvimos muitas histórias mas quando citado o convite à gravação, mesmo com a possibilidade de distorcer a voz e ocultar o rosto, todas as pessoas recusaram. Apesar de todas elas compartilharem conosco o quanto difícil era a rotina de uma pessoa que visita, elas também compartilhavam algo que as impediam de se expor além do que já estavam se expondo: o estigma de ser *família de preso*. Muitas das pessoas que estavam ali tinham problemas com a justiça, outras tinham receio que o/a chefe tivesse acesso ao documentário e descobrisse que a pessoa visitava alguém na prisão. Conversamos com dezenas de pessoas por vários finais de semana, mas apenas três delas aceitaram ser gravadas, sendo apenas uma delas da P2.

A primeira vez que fomos até a P1, como é chamada a Penitenciária Dr. Antônio de Queiróz Filho, localizada na outra extremidade da área urbana de Itirapina, foi uma das madrugadas mais frias que vivenciamos em campo. Naquele dia o clima no bar em frente à P2 estava particularmente sério e reservado e as mulheres não se mostravam abertas a conversar. Elas começaram a se deslocar para a calçada da penitenciária quando decidimos que seria melhor seguir para a P1 na busca de interlocutoras para o documentário.

Saímos do bar por volta das 6h da manhã e caminhamos aproximadamente 20 minutos até avistarmos a entrada da outra penitenciária. Quando chegamos na portaria duas coisas nos surpreenderam: a primeira delas era o número reduzido de visitas. Enquanto na P2 havia uma fila com aproximadamente 130 pessoas, na P1 nos deparamos com um grupo que contava com não mais do que 15 pessoas. A segunda coisa que nos chamou a atenção foi o fato de que todas as visitas estavam em roda conversando e a figura que se encontrava no centro era um homem. Ele praticamente dominava o diálogo e o espaço com sua personalidade carismática e expansiva. Todas as vezes que fomos ao bar da P2 era incomum a presença de homens e quando estas se davam eram sempre acompanhadas de uma mulher e passavam quase despercebidos com suas posturas corporais contidas e discretas.

O ambiente da P1 era completamente diferente da P2 e destacava ainda mais a nossa presença: enquanto a P2, uma penitenciária de segurança máxima, tinha entre as grades vazadas e as grandes muralhas um gramado um pouco extenso, de forma que não era possível ter qualquer tipo de visualização da penitenciária para além seus enormes muros, uma rua de terra com casas e o bar, a P1, uma penitenciária construída antes da interiorização penitenciária e que conta um Anexo de Regime Semiaberto, permitia ver entre suas grades vazadas alguns prédios e estruturas da mesma. Além disso, o ponto de encontro das visitas nesse caso era exatamente em frente ao portão de entrada e saída da penitenciária. Logo ao lado, havia uma porta e uma janela, onde os funcionários do estabelecimento interagem com as visitas para realizar os procedimentos pré-visita, como a conferência de documentos e a fiscalização do *jumbo*. Do outro lado do portão, oposto à portinha dos funcionários, havia uma porta e uma janela que numa segunda visita descobrimos ser um quartinho que algumas visitas que não tinham condições de pagar um local para dormir ficavam alojadas⁸. Imediatamente após a nossa chegada fomos inevitavelmente notados: do portão do presídio até a rodovia que passa em frente à penitenciária são apenas alguns metros e do outrolado da rodovia não existe nada mais do que uma floresta de pinheiros. Pedimos então licença e perguntamos se poderíamos conversar com eles. Xuxa, o homem que falava de forma enérgica, anunciou “Ai gente eles querem falar uma coisa, vamos fazer silêncio”. Nesse momento nos aproximamos e nos apresentamos falando sobre nossa proposta. Explicamos que estávamos à procura de pessoas que tivessem interesse em falar sobre rotina e as dificuldades de ser um *familiar de preso*. Quando acabamos de expor nossos objetivos, várias pessoas do grupo começaram a falar ao mesmo tempo. “A vida de visita é muito difícil” disse uma mulher encostada no muro.

⁸ Segundo Paolla, nossa interlocutora que visitava na P1, aquele espaço era cedido pelos funcionários para as visitas se alojarem, mas as condições do local eram péssimas.

Foram vários relatos das dificuldades que precisavam ser atravessadas para estar ali: desavenças com a família que não aceitava o preso, os gastos com comida e viagem, a saudade, o fato de que a cadeia era um lugar horrível. Xuxa tomava o protagonismo dos relatos e buscava responder todas as nossas perguntas. Quando perguntamos se alguém gostaria de participar do documentário ele prontamente respondeu que sim e nos passou seu contato. Algumas outras pessoas nos passaram seus telefones, mas posteriormente recusaram o convite. Como a P1 é uma *cadeia de oposição*⁹, a dinâmica de organização da visita se dá de forma diferente da P2. Xuxa nos explicou que as visitas na P1 se organizam através de garrafas d'água e que elas são distribuídas em três filas: a primeira fila é do regime fechado, a segunda fila é do regime semi-aberto e a terceira fila é a preferencial. A fila preferencial é destinada a pessoas idosas e mulheres grávidas ou com crianças de colo. Cada visitante tem a sua garrafa, que é colocada em frente a porta da administração do presídio, onde as visitas apresentam a carteirinha de visitante antes de serem liberados para entrar na penitenciária.

Assim que a garrafa é colocada o visitante é livre para fazer o que quiser até um horário próximo das 7:30h da manhã, que é quando as pessoas tomam o lugar das garrafas, os funcionários abrem a porta da administração e verificam as carteirinhas e os documentos dos visitantes. Após essa verificação, forma-se uma aglomeração em frente o portão de entrada da penitenciária e os visitantes ficam no aguardo. Nesse momento de espera as visitas se encontram agitadas, com as pernas inquietas, conversando e se ajeitando até que às 8h da manhã o alarme soa e o portão é aberto pelo segurança. Visitamos a P1 apenas mais uma vez, pois já estávamos no final do nosso processo de encontrar as interlocutoras para o documentário. Na nossa segunda ida a P1 conhecemos Paolla, uma travesti que visitava seu marido e que mantinha uma amizade com Xuxa, amizade essa que se desenvolveu devido ao fato de seus respectivos maridos dividirem a mesma cela. Além de Juliana, uma visita da P2, tanto Xuxa quanto Paolla aceitaram participar do documentário, o que encerrou nossa ida ao campo em busca de interlocutoras e deu início a fase de gravação.

No processo de gravação nós acompanhamos as visitas a partir da chegada delas em Itirapina e seguimos por todo o processo que antecede a entrada no presídio. Em um desses dias de gravação, quando Paolla chegou até a entrada da P1, uma notícia comum mas inesperada: seu marido havia sido transferido na madrugada de sexta -feira para sábado. Sem saber o motivo da transferência, Paolla precisou voltar para casa, carregando consigo a sacola plástica transparente recheada de comida, e descobrir para onde seu *preso* havia sido transferido a fim de se adequar aos novos procedimentos necessários para visitá-lo em outra

⁹ Termo utilizado para se referir a unidades penais que não são controladas pelo PCC.

penitenciária. Xuxa explicou que esse é um acontecimento muito comum no sistema penitenciário paulista: os presos são transferidos e a família não é informada, nem mesmo em casos de transferências para internação hospitalar, descobrindo o ocorrido apenas quando chegam para visitá-los. Quando essa transferência desavisada acontece, toda a gestão do tempo realizada pelas visitas a fim de passar mais tempo com o *preso* é perdida: as horastrabalhadas para juntar o dinheiro necessário para viajar, comprar os alimentos e em alguns casos com a hospedagem, o tempo gasto no preparo das comidas, no deslocamento entre a cidade de residência e a cidade onde se encontra o preso, a espera entre o momento que a visita chega na cidade da penitenciária até o momento em que o alarme que anuncia o início do período de visitação toque. Todo esse processo é atravessado de esperas, algumas extensas, como a contagem de dias para a próxima visitação, outras menores, como quando já organizadas em filas, elas aguardam a verificação de seus documentos e o soar do alarme. Nesse sentido, a proposta que esse trabalho apresenta é analisar como essas esperas se apresentam às pessoas que visitam no sistema penitenciário paulista a partir do caso das visitantes na cidade de Itirapina e como o procedimento de não informar os familiares sobre as transferências realizadas no interior do sistema penal afetam e prejudicam as dinâmicas de visitação.

2. Contexto histórico: A interiorização do sistema penitenciário paulista.

No dia 2 de Outubro de 1992 o Pelotão de Choque da Polícia Militar de São Paulo e a ROTA¹⁰ invadiram o Complexo do Carandiru, mais especificamente o Pavilhão 9, e executaram deliberadamente pelo menos 111 presos¹¹, em sua maioria provisórios. O pretexto era controlar uma possível rebelião fruto de um desentendimento entre um grupo de presos do pavilhão (MARQUES; MACHADO, 1993). O efeito mais imediato que o Massacre do Carandiru teve na política de segurança pública paulista foi a criação da Secretaria de Administração Penitenciária (SAP) em 1993, que nasceu com um projeto amplo de expansão de vagas prisionais. No ano de 1996 o Estado de São Paulo recebeu do Governo Federal verbas do Programa Nacional de Direitos Humanos, para cumprir as propostas de ações governamentais de políticas públicas para proteção e promoção dos Direitos Humanos no Brasil. Essa verba foi destinada para apoiar programas de caráter emergencial que visassem

¹⁰ Rondas Ostensivas Tobias Aguiar

¹¹ Esse número é contestado pelos sobreviventes do Massacre, que afirmam que os policiais ocultaram diversos cadáveres de presos executados, de forma que o número de mortes seria muito superior ao divulgado pelo Estado.

corrigir as condições inadequadas das prisões brasileiras, criando novos estabelecimentos e aumentando o número de vagas disponíveis em parceria com os Estados. O documento também define a necessidade de que os estabelecimentos penais sejam descentralizados através da construção de presídios de pequeno porte, que facilitem o cumprimento da pena próximo à família. Em outro item do documento é definida a necessidade da desativação da Casa de Detenção de São Paulo e de outros estabelecimentos penitenciários que não cumpram as normas mínimas internacionais (GÓES, 2004; MARQUES, 2017). Essas medidas “paliativas” adotadas pelos governos, tanto estadual quanto federal, em nenhum momento tiveram como resultado o fim da superlotação e das péssimas condições de existência nas unidades penais. O governo paulista efetivamente expandiu o sistema penitenciário, mas com maior rapidez expandiu a população penitenciária do Estado. A desativação do Carandiru foi constantemente adiada sob o pretexto de que ainda não era possível retirar os presos devido a superlotação e foi preciso que muitas outras penitenciárias fossem construídas para que essa “promessa” fosse cumprida. Os últimos presos foram transferidos em 2002, no governo de Geraldo Alckmin, após a megarebelião organizada pelo PCC no ano anterior.

No contexto de desativação do Carandiru, uma porção de coisas aconteciam no universo prisional paulista: a população penitenciária crescia rapidamente, o PCC se expandia e os presos eram encaminhados para as prisões interiorizadas. O Primeiro Comando da Capital, também conhecido como *Comando, Partido, Quinze, Família*, é uma coletividade que teve como origem as prisões paulistas em 1993 e hoje se encontra presente na maior parte das instituições penais do Estado de São Paulo. A ocasião de seu nascimento¹² teria se dado numa unidade penal muito conhecida por suas práticas de tortura contra os presos. Durante uma partida de futebol, o time do Primeiro Comando da Capital teria se desentendido com o time adversário, o Comando Caipira, o que resultou na morte de dois integrantes deste último.

Como uma forma de se proteger, os jogadores do PCC fizeram um pacto em que se comprometeram a ter uma reação coletiva no caso de qualquer um dos seus integrantes sofrerem alguma punição por parte dos funcionários do presídio. O pacto foi ganhando aderência entre os presos, o que levou a criação de um estatuto que orientava a união dos mesmos contra as opressões do sistema penitenciário. A criação do estatuto estabeleceu

¹² Segundo Biondi (2009) no decorrer de sua pesquisa a autora se deparou com diferentes versões sobre o nascimento do PCC. Uma dessas versões, a relatada neste texto, se consolidou no universo carcerário e as anteriores foram rapidamente abandonadas.

¹³ como a violência sexual, o roubo e a venda e consumo de crack.

normas de convivência e formas de se portar entre os presos de forma a regular a violência no interior das unidades penais paulistas e a extinguir comportamentos considerados inaceitáveis¹³ dentro das *cadeias do Comando*. Com uma adesão cada vez maior entre os presos, as categorias *cadeias do Comando*, unidades penais que têm a *ética* do PCC como norte comportamental (mesmo entre aqueles que não são membros do Partido) e *cadeias de oposição*, prisões dominadas por facções rivais, surgem com a expansão do PCC.

A expansão aconteceu nos anos 90 de forma silenciosa para a maior parte da população e foi repetidamente negada pelo governo do estado de São Paulo e pelas gestões da administração penitenciária até 2001, quando o PCC numa série de rebeliões coordenadas se tornou um assunto central nos debates sobre segurança pública no estado de São Paulo. Em fevereiro de 2001 o Primeiro Comando da Capital fez uma demonstração de existência e força ao realizar sua primeira grande ação, que ficou conhecida como a “megarrebelião de 2001”, mobilizando 29 unidades prisionais numa rebelião simultânea que teve ampla repercussão na mídia nacional¹⁴ (BIONDI, 2009). Em resposta a esse acontecimento a Secretaria de Administração Penitenciária (SAP) instituiu o Regime Disciplinar Diferenciado (RDD)¹⁵ que foi instalado no Centro de Readaptação Penitenciária de Presidente Bernardes¹⁶.

Esse regime, direcionado a punir e isolar todos aqueles que fossem considerados lideranças do crime organizado, era uma estratégia de gestão do PCC, tanto de desmobilização quanto de diminuir a visibilidade das rebeliões e que consolidou uma dinâmica de punição no interior do estado. A expansão do sistema penitenciário paulista para o interior aconteceu de forma estratégica: os CDPs foram, em grande parte, direcionados à região metropolitana de São Paulo, enquanto as penitenciárias foram construídas na região do interior do Estado, em especial na região Oeste. As unidades existentes foram reorganizadas, de forma que uma parte das penitenciárias que existiam na região metropolitana foram transformadas em outro tipo de unidade penal, como CDPs ou Hospitais de Custódia (GODOI, 2015).

O interior passa a ser definido como espaço de cumprimento de pena enquanto a região metropolitana se consolida como um instrumento de produção de ordem urbana. Na dinâmica prisional do interior, a distância e o tempo são centrais.

¹⁴ <https://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u46349.shtml>

¹⁵ Através da Resolução 26, de 4 de maio de 2001. Em 2003 foi também introduzido ao ordenamento jurídico brasileiro através da Lei Federal nº 10.792, de 01/12/2003

¹⁶ [Governo do Estado inaugura Centro de Readaptação Penitenciária no Interior](#). (Acessado em 22/03/22)

Como a punição é o próprio isolamento somado à espera pela liberdade, a intensidade da pena é distribuída pelo espaço, de forma que aqueles condenados a penas mais longas têm grandes chances de cumprir considerável parte de sua pena no fundão do Estado. O “fundão”, como é chamado, são as penitenciárias que se encontram mais distantes da capital, geralmente localizadas na região Oeste do Estado. Os presos considerados “problemáticos”, aqueles envolvidos em rebeliões e atividades de enfrentamento ao Estado mas também os flagrados com itens proibidos, presos que denunciam violações, acusados de desacato, etc, são transferidos com frequência, cada vez mais pra longe, onde o isolamento é maior, já que o *jumbos*, visitas, cartas e telefonemas são mais escassos, mais caros e demoram mais a chegar (GODOI, 2015).

O aumento da espera, do custo e da dificuldade do preso em receber sua visita é uma das formas pelo qual o Estado intensifica a punição, que também se estende à família. Dentro dessa dinâmica, foram produzidas unidades diferenciadas que cumprem funções específicas com intenção de modular as penas e para quais determinados tipos de presos, os considerados problemáticos, são transferidos. A P1 de Venceslau é uma dessas unidades diferenciadas e exerce a função de *pote* estadual¹⁷: o preso é transferido para a unidade e fica de castigo durante 30 dias. Nesse período não pode receber visitas, apenas *jumbos*, que devem ser enviados respeitando um intervalo de 15 dias entre eles. Passado o castigo, se o preso ainda estiver na unidade, é permitida a realização de visita íntima com duração de apenas 2 horas. O banho de sol é restrito a apenas 2h diárias, não há nenhuma atividade de ensino ou trabalho, porém há celas coletivas, acesso a rádio e televisão. Como é um destino de castigo, a motivação para a transferência para essa unidade é posterior à acusação de que o preso tenha cometido falta grave, sendo envolvido num processo de sindicância. Por esses motivos, é recomendado que um advogado acompanhe o processo, já que, se o preso for condenado culpado na sindicância ele perderá também os dias remidos, ficando impossibilitado durante um ano de acessar benefícios, como a saidinha, e será prejudicado no julgamento da sua progressão de regime¹⁸.

Apesar dessas condições, esse não é o regime mais rígido do sistema penitenciário paulista e esse posto é ocupado pelo Regime Disciplinar Diferenciado, o RDD. Nesse nível máximo de punição a visita íntima não é permitida, sendo possível visitar apenas um dia por semana, com duração de 2 horas e somente através do parlatório. O *jumbo* e a comida só

¹⁷ Local destinado ao cumprimento de castigo determinado pela administração da prisão.

¹⁸<https://www.facebook.com/1645310565740079/photos/-crp-de-presidente-bernardes-rdd-de-bernardes-a-visita-1-%C3%A1-%C3%A9- apenas-1-dia-e-s-%C3%A3o-s/2056514187953046/>

¹⁹ Anteriormente o prazo máximo de permanência no RDD era de 365 dias. Seu prazo foi dobrado depois da aprovação do Pacote Anti-crime proposto pelo ex-ministro da Justiça Sérgio Moro.

podem ser levados uma única vez no mês, numa data estipulada pelo diretor da unidade. Os presos têm direito a 2 horas de banho de sol diárias, mas diferente do sistema adotado na P1 de Venceslau, os presos ficam separados em celas individuais e não podem ter acesso à rádio, televisão, jornais ou revistas. Por ser um regime de isolamento máximo, a permanência é de no máximo dois anos¹⁹. Esses processos de transferência adotados pela gestão não passam por um processo institucionalizado, a decisão é administrativa. Embora legalmente toda transferência de presos de uma unidade para outra devesse ser autorizada pelo juiz, na prática isso só acontece no caso de transferências para o regime de RDD.

2. A dinâmica do interior

Godoi (2015), numa retomada histórica sobre um determinado espaço do interior paulista denominado Nova Alta Paulista²⁰, relata sobre como essa região perdeu o café como principal atividade econômica para uma grande geada acontecida em 1975, inaugurando tempos difíceis que popularizou a região como "corredor da fome" paulista. Resumidamente, aqueles que permaneceram na região apesar do acontecido tentaram buscar alternativas de plantio, até nos anos 2000, quando o governo estadual apresentou seu projeto de expansão penitenciária como uma solução econômica. Outras regiões também passavam por um período de estagnação econômica, como no caso de Itirapina, que tinha como uma importante fonte de empregos a Companhia Paulista de Estradas de Ferro, mas que com mudanças na malha ferroviária também deixou de ser um símbolo de progresso para a cidade (SILVESTRE, 2011).

O desemprego e a estagnação econômica eram questões que se impunham para os gestores municipais e estaduais e a construção de penitenciárias apareceu como uma alternativa palpável para induzir o desenvolvimento econômico do interior. O governo do Estado de São Paulo difundiu, então, a ideia de que a instalação das unidades nessas cidades geraria empregos diretos e indiretos (GÓES, 2004). Essa possibilidade de geração de empregos, associada ao incremento no funcionalismo público e o aquecimento do setor de serviços se somavam ao fato de que a instalação de presídios impactaria de modo

²⁰ Região do interior do Estado de São Paulo que envolve os municípios: Adamantina, Arco Íris, Bastos, Dracena, Flora Rica, Flórida Paulista, Herculândia, Iacri, Inúbia Paulista, Irapuru, Junqueirópolis, Lucélia, Mariápolis, Microrregião de Adamantina, Monte Castelo, Nova Guataporanga, Osvaldo Cruz, Ouro Verde, Pacaembu, Panorama, Parapuã, Paulicéia, Pracinha, Queiroz, Rinópolis, S. João Pau DALho, Sagres, Salmourão, Santa Mercedes, Tupã e Tupi Paulista.

significativo os orçamentos municipais das cidades que os recebessem, aumentando o repasse de verba federal devido ao incremento populacional que a chegada das unidades penais geraria. Esses foram os motivos pelos quais vários gestores municipais manifestaram seus interesses em ceder terrenos para a construção de unidades penais nas cidades em que eram gestores. Mas, apesar de aparentar ser uma excelente alternativa econômica, a interiorização das prisões não aconteceu sem que houvesse resistência por parte da população das cidades que foram sucessivamente envolvidas nesse processo. As penitenciárias foram direcionadas para cidades pequenas e unidades de entrada e saída do sistema penal, como CDPs, CRs e CPPs, foram construídas em cidades médias, consideradas centros regionais no interior (GODOI, 2015).

O espaço interiorano sempre foi relacionado à ideia de segurança e sossego em oposição à ideia de violência associada à capital e a presença de penitenciárias, principalmente de segurança máxima, ameaçavam esse status das pequenas cidades (ZOMIGHANI, 2014). Alguns prefeitos manifestaram interesse em receber unidades penais nas cidades que administravam, apesar da resistência da população. Em outras cidades, como é o caso de Itirapina, o prefeito à época defendeu a insatisfação da população em relação à construção de mais uma penitenciária na cidade, que na época já contava com a P1 (ZOMIGHANI, 2014, SILVESTRE, 2011). Esse movimento de resistência à construção das penitenciárias não foi suficiente para impedir a construção das mesmas. Na ocasião, o prefeito de Itirapina foi pressionado pelo governador de forma que não teve saída que não a instalação da segunda unidade penal na cidade (SILVESTRE, 2011).

A resistência da população a estes fatos demonstram a solidificação de um outro processo social, descrito por Caldeira (2000) como “fala do crime”. Os processos sociais pelos quais o país passou após o fim da ditadura, que foram, sobretudo, marcados pelo caráter “disjuntivo” da democracia brasileira, como o aumento das taxas de criminalidade e violência que se somaram ao aumento da sensação de insegurança por parte da população dos grandes centros urbanos acabaram construindo narrativas, comentários e conversas acerca do tema crime, que são acompanhadas por medo e a experiência de ser uma vítima do crime. Essas narrativas proliferaram a sensação de medo e insegurança. É possível observar a chegada da fala do crime a cidade de Itirapina quando se compara a reação da população à construção das unidades penais. Com um intervalo de 20 anos, a P1 foi inaugurada em outubro de 1978, nomeada “Dr. Antônio de Queiroz Filho”, ainda durante o período da ditadura militar. No início dos anos 80 a população itirapinense se encontrava insatisfeita com a falta de infraestrutura do município, reivindicando de um modo geral saneamento básico e reformas que estimulassem o crescimento da cidade.

Giane Silvestre (2011) relata que em suas pesquisas realizadas em jornais da cidade entre 1979 e 1981 não foram encontradas manifestações de descontentamento, preocupação ou recusa por parte da população em relação à instalação da P1. Ao contrário disso, os ideais encontrados foram de "prosperidade" e "progresso". As preocupações da população eram focadas em questões que poderiam impedir ou prejudicar esses ideais, como por exemplo a falta de estrutura. Nesse momento as práticas cotidianas e as interações sociais dos itirapinenses não haviam ainda sido afetadas pela fala do crime e a penitenciária era vista como uma possibilidade de desenvolvimento. Existia nesse momento uma grande interação entre os presos e a cidade, que realizavam diversos tipos de trabalhos, como a confecção de peças artesanais que eram expostas e vendidas no jardim público ou a contratação pela população de serviços de pedreiros e pintores por um preço abaixo do encontrado no mercado de serviços. Essas condições estabeleciam uma relação mais próxima entre a comunidade e os presos e estavam inseridas num contexto político penitenciário que se anunciava como ressocializador.

A segunda penitenciária viria a ser construída em outro contexto, o do encarceramento em massa e o isolamento total daqueles que estão presos, agora vistos como pessoas perigosas e violentas. Sua inauguração aconteceu em dezembro de 1998 e foi nomeada Penitenciária "João Batista de Arruda Sampaio". A notícia da construção de mais um presídio na cidade não agradou os moradores. A notícia de que a penitenciária era de Segurança Máxima causou muita preocupação na população, que demonstrava ter absorvido a fala do crime. A geração de empregos já não era suficiente para diminuir a rejeição local acerca da construção de mais uma penitenciária (SILVESTRE, 2011). A arquitetura da P2 reforça a ideia de "alta periculosidade": seus muros, comumente chamados de "muralhas", pelo fato de serem extremamente altas também são excepcionalmente vigiadas, com homens fortemente armados em cabines que se localizam no alto das mesmas. Não é possível ver qualquer coisa que esteja do outro lado do muro, que também tem ao seu redor cercas e câmeras.

As gestões das cidades escolhidas para receber as penitenciárias buscaram encontrar terrenos que fossem distantes do centro urbano como uma forma de driblar as resistências das comunidades. Além disso, a construção de unidades prisionais circundadas por um ambiente rural passa a ser utilizada como um fator que aumenta a segregação realizada pelas muralhas, de forma que o campo passa a ser visto como uma potencialização securitária (GODOI, 2015). Essa estratégia também serve a outro interesse muito central nas questões de segurança pública paulista dos anos 2000: a desarticulação e invisibilização do PCC. No início dos anos 2000 o PCC realizou ações que ganharam muita visibilidade, como rebeliões,

ataques a órgãos de segurança pública e o sequestro de um repórter que se finalizou com a exibição de um vídeo gravado pelo PCC em rede nacional. Além da criação de unidades de castigo e maior isolamento como o RDD, numa tentativa de desarticular o PCC tirando do convívio e restringindo as visitas à aqueles considerados seus líderes, o deslocamento de uma considerável parte das unidades penais para locais distantes, longe de centros urbanos poderia manter não só as rebeliões organizadas pelo PCC longe das vistas da população, como também toda a massa carcerária que se expandia em ritmo acelerado.

Esse isolamento das unidades prisionais em cidades pequenas e em terrenos afastados também afetou, de diversas formas, a vida de familiares de presos que exercem seu direito de visitação. Além de terem que viajar até a cidade onde o *preso* cumpre pena, as visitas também são inseridas nas dinâmicas que são próprias das cidades com um número reduzido de habitantes: o vínculo entre os moradores é consolidado há gerações e o contato entre eles é próximo, de forma que identificam facilmente qualquer pessoa “de fora”.

Esse deslocamento de familiares de presos costuma ser mal visto pela população local e se reflete em seus discursos e práticas. Em Itirapina, as relações sociais entre comerciantes e os familiares dos presos são diferentes das estabelecidas entre os comerciantes e os outros moradores, fato que é facilmente notável pelo tom bastante impessoal no momento da venda. Se tratando de uma cidade com apenas 18.387 habitantes²¹, onde "todo mundo conhece todo mundo", os moradores mais antigos rapidamente identificam novos moradores ou pessoas de fora que estejam transitando pela cidade. Com esse novo grupo de pessoas desconhecidas pelos habitantes na cidade, a dinâmica de saber quem é que está circulando pela cidade, assim como saber os laços familiares de cada pessoa, se rompe. Os moradores da cidade relacionam esse rompimento diretamente à instalação da P2 (SILVESTRE, 2011). Nesse sentido destacam-se as relações de poder que se estabelecem em pequenos grupos: as posições de cada indivíduo na cidade depende, utilizando a análise de Norbert Elias (2000), de há quanto tempo o habitante mora na cidade e em qual contexto se muda para a mesma. Dessa forma, os moradores mais antigos se encontram em posição de prestígio em relação aos novos moradores:

²¹ Incluso a população de aproximadamente 3.055 pessoas das duas penitenciárias. Dados retirados do site <http://www.sap.sp.gov.br/uni-prisionais-reg/crc.html##> (acessado em 29/03/2022). O número de presos pode variar devido ao constante trânsito de detentos.

Naquela pequena comunidade, a superioridade de forças do grupo estabelecido desde longa data era desse tipo, em grande medida. Baseava-se no alto grau de coesão de famílias que se conheciam havia duas ou três gerações, em contraste com os recém-chegados, que eram estranhos não apenas para os antigos residentes, mas também entre si [...] Assim, a exclusão e a estigmatização dos outsiders pelo grupo estabelecido eram armas poderosas para que este último preservasse sua identidade e afirmasse sua superioridade, mantendo os outros firmemente em seu lugar. (Idem, p. 22).

Na dinâmica das cidades pequenas interioranas, a identificação das pessoas é associada diretamente a seus laços familiares, sendo comum perguntas como “filho de quem?”. A resposta dessa pergunta indica, na maioria das vezes, se essa pessoa é confiável ou não. Ao “gente de quem?”, a resposta “gente de preso” automaticamente estigmatiza e causa uma reação excludente por parte dos moradores da cidade. Esse grupo, visto como “outsider” não é visto desse modo apenas por ser “de fora”, mas também por ter relações afetivas/familiares e de proximidade com pessoas presas, o que faz com que sejam vistas como um grupo “propenso a cometer um crime”; um *outsider* sujeitado criminalmente (SILVESTRE, 2011). A sujeição criminal aparece frequentemente e principalmente nos discursos produzidos pelos comerciantes entrevistados no trabalho de Silvestre (2011), visto que sempre se referem a uma necessidade de constante vigilância dessas pessoas em seus estabelecimentos, pois “depois que essas pessoas vieram para cá, foi preciso começar a investir em tecnologias de segurança”, criando uma espécie de vigilância coletiva sobre as visitas.

Por outro lado, a falta de infraestrutura pública para a visitação cria toda uma economia local própria da visitação penitenciária, com um mercado hoteleiro e de transporte privado. Rafael Godoi (2015), em seu trabalho realizado na região de Nova Alta Paulista, relata como os taxistas trabalham sem parar no final de semana, transportando visitantes para as unidades da região, já que a maioria delas se encontra em lugares afastados do centro urbano e desprovidos de transporte público. Ele descreve sobre como a cidade de Dracena é um dos mais importantes centros logísticos de visitação penitenciária naquela região: são vários hotéis e um deles se especializou no público de visitantes, recebendo excursões vindas da região metropolitana de SP e de outras cidades grandes. Entre seus serviços estão o aluguel de cozinha e o serviço de transporte de hóspedes e bagagens. Também existem pousadas informais que recebem grupos de visitantes. Em Junqueirópolis existem 4 hotéis populares e 3 deles se especializaram no público de visitantes, oferecendo serviços como aluguel de cozinha, preparação de *jumbos* por encomenda, transporte 24h de pessoas e bagagens, encaminhamentos para excursões etc.

Quando Silvestre (2011) entrevistou os comerciantes de Itirapina sobre as penitenciárias na cidade, alguns afirmaram que as penitenciárias são parte importante da economia da cidade. Esse fato ficou muito evidente quando, por consequência da megarrebelião de 2006 a P2 ficou desativada pelo período de 10 meses para sua reconstrução. A desativação temporária causou uma significativa diminuição do volume de vendas, que foi atribuída não só ao deslocamento dos agentes penitenciários para outras cidades durante esse período como também para as visitas, que deixaram de comparecer para a visitação. Segundo um dos comerciantes entrevistados, a ausência das visitas fazia diferença porque elas estão sempre comprando os itens que levam na visitação na cidade, trazendo de casa apenas “uma coisa ou outra”. De acordo com outro comerciante, atuante no setor de transporte e hospedagem, a movimentação das visitas na cidade já foi muito lucrativa para ele, que prestava serviços de táxi pensão às mesmas. Ele relatou que transportava um grande número de pessoas do terminal rodoviário às pensões e destas até as penitenciárias nos fins de semana, mas seus negócios teriam sido prejudicados pelo que ele denomina de clandestinos, que oferecem esses serviços por preços menores. Essa “disputa” pelas visitas se daria com pessoas da região da Grande São Paulo que organizaram as viagens e deslocamentos dentro da cidade por um preço mais acessível. Segundo o comerciante, muitos desses ônibus seriam irregulares, em condições precárias.

Essa mesma situação ocorre, segundo ele, com a hospedagem: moradores da cidade que alugam quartos ou edículas de suas próprias casas em preço menor do que o das pensões da cidade. Uma outra tática utilizada pelas visitas para economizar o dinheiro da hospedagem, segundo este comerciante, é dormir dentro do ônibus de viagem para esperar o horário de visitação. Quando fomos para Itirapina em busca de interlocutoras para o documentário, havia uma grande expectativa da nossa parte de conseguir autorização para filmar dentro de uma dessas casas alugadas pelas visitas, já que, como descrito no trabalho de Silvestre (2011), é nessas casas que uma parte muito importante do processo de visitação acontece: o preparo do *jumbo*. Ao chegar ao bar da P2 percebemos que naquela rua havia uma casa que contava com uma grande movimentação de mulheres que identificamos como visitas pelas interações que tinham com o bar e entre si. A equipe de produção chegou a pedir autorização para as mulheres que alugavam aquele espaço se poderíamos ir até lá conversar e potencialmente filmar, mas não foi autorizado. Trata-se de um espaço de muita intimidade e como já exposto anteriormente, não pudemos levar aparelhos de filmagem no bar e ao seu redor. Mas bastavam alguns minutos para que uma questão central surgisse na maioria das conversas que tive com as pessoas que estavam ali para visitar: falta de dinheiro.

Enquanto a cidade tem um retorno financeiro com o movimento das visitas, a maior parte das pessoas com quem conversei geriam minuciosamente seus recursos a fim de visitar seu familiar preso. Muitas vezes a condição financeira da família é ruim antes da prisão do familiar e se agrava posteriormente, como é o caso de uma senhora com quem conversei: ela e seu marido trabalhavam recolhendo e vendendo recicláveis e o filho, inconformado com a situação financeira da família, passou a vender drogas. Não tardou até que a polícia invadisse a casa para prendê-lo. O pai, num ato de desespero diante da possibilidade de prisão do filho, assumiu a posse de toda a droga, o que agravou a situação: os dois foram presos acusados de tráfico de drogas. Após a prisão, pai e filho foram encaminhados à P2 de Itirapina e a senhora, uma mulher negra, franzina e baixa, próxima de completar 70 anos, trabalhava arduamente vendendo reciclados a fim de visitar seus familiares naquela penitenciária. Os gastos necessários para a visita, já que ela como praticamente todas as pessoas ali morava em outra cidade, limitavam a quantidade de vezes que ela podia encontrar seu marido e filho. Para ela a visita era uma incerteza: sempre quando ia embora, não sabia quanto tempo teria que esperar para voltar a visitá-los. Essa espera atrelada ao dinheiro atravessou todas as pessoas que foram nossas interlocutoras no documentário: o que geralmente determinava se uma pessoa estaria presente na visita toda semana, a cada 15 dias ou uma vez ao mês, era a sua condição de pagar por todo o processo de visita.

Inevitavelmente, a condição de estadia das visitas também variava conforme a situação financeira de cada uma delas. Isso ficou claro para nós quando conhecemos nossas interlocutoras. Juliana, que conhecemos no bar da P2, se deslocava até Itirapina usando a linha de ônibus convencional e caminhava até o bar. Ela sempre levava consigo seus trabalhos de macramê, que são sua fonte de renda. No documentário ela relata como pretendia expor na praça central para arrecadar dinheiro, mas quando chegou na cidade se surpreendeu com o pouco movimento da cidade. Quando a conhecemos ela estava expondo seu trabalho em meio à movimentação do lado externo do bar e ao longo das conversas, descobrimos que muitas vezes Juliana dormia no chão ao lado do bar, já que não tinha dinheiro suficiente para pagar um quarto para dormir. Segundo ela, as visitas da P2 a receberam muito bem e foi diversas vezes convidada por algumas mulheres a dividir um colchão no quarto com elas. Sua condição financeira também não permitia que ela levasse comida ao seu companheiro, de forma que nos dias de visita ela almoçava a comida da penitenciária junto com seu companheiro.

As condições de Xuxa eram diferentes das vividas por Juliana. Xuxa é dono de um salão de cabeleireiro num bairro periférico de São Paulo. Com uma renda fixa, ele se

organizava para preparar uma generosa sacola recheada de potes variados de comida. Numa de suas falas, ele relata como sempre faz questão de mandar comida mais do que suficiente, para que seu marido a dividisse com outros presos que não recebem visita, já que ele também já ficou preso e sabe “como é difícil estar lá dentro”. Sempre que Xuxa viajava à Itirapina ficava hospedado numa confortável pousada localizada logo ao lado da P1, onde além do seu quarto, também tinha acesso a uma bela piscina. Já Paolla ficava hospedada mais longe, relatando que, apesar de problemas com o dono, a diária era mais barata.

A questão que se pretende nesse trabalho não é estritamente a constatação de que a prisão afeta a família e pessoas próximas ao preso, numa espécie de "punição invisível" (MAUER; CHESNEY-LIND, 2002), que além de comprometer formas de subsistência e destituir orçamentos familiares, promove a estigmatização de mulheres, crianças e comunidades, com consequências objetivas e subjetivas bastante graves (BRAMAN, 2002; TRAVIS; WAUL, 2003; COMFORT, 2008). A ideia aqui é discutir como esse sistema de abastecimento realizado pelas famílias, que funcionam no sistema carcerário paulista, são geridos pelo Estado. Segundo Godoi (2015)

No estado de São Paulo, para quem está preso, a proximidade da família condiciona a experiência da pena, não só pelos vínculos afetivos que permite sustentar, mas porque incide positivamente em seus aspectos legais e materiais. Por outro lado, a própria experiência das pessoas que visitam parentes presos – que procuram saber sobre os seus processos, tentam provocar movimentações processuais, levam jumbos e enviam Sedex – informa sobre o funcionamento interno da prisão, sobre suas particulares formas de gestão. Desde esta perspectiva, o quadro que se esboça não é o da imposição de uma pena sobre uns que, por faltas ou excessos, acabaria por contaminar tantos outros, mas de uma administração ampliada das penas que implica igualmente uns e outros, presos e familiares, também agentes civis e estatais – que operam, em grande medida, gerindo os múltiplos e indispensáveis fluxos de pessoas, bens e informações que entram e saem da prisão, precisamente, para fazê-la funcionar.

Assim como Godoi (2015), ao abordar a experiência dos familiares dos presos, também não pretendo compreender a (de)formação de uma identidade (COMFORT, 2008), nem as regras, éticas e preceitos morais das visitas (LIMA, 2013), mas abordar a logística de um sistema – o penitenciário paulista, neste caso, especificamente, como o sistema de circulação de coisas e pessoas – *jumbos*, dinheiro, visitas – pode ser administrado através de arbitrariedades que gerem não só os presos, mas também as visitas. Essas arbitrariedades interferem diretamente na visitação e são aqui analisadas a partir da transferência repentina e desavisada e nos protocolos de visitação que se alteram não só ao longo do tempo mas também de unidade penal para unidade penal. Elas geram um excedente de espera, que

impedem os familiares de realizarem sua visita, além de descartarem seus recursos mobilizados para visitação, aqui também vistos pela  tica da espera e do tempo gasto. Dessa forma, observo como a espera imposta pelo sistema penitenciário paulista   gerido pelas visitas a fim de,além de conseguirem visitar, administrar a espera esperada de forma que ela seja a menor possível. O excedente de espera se solidifica, nesta análise, no momento em que as arbitrariedades da gestão penitenciária quebram a gestão da espera esperada através da transferência desavisada do preso, dispensando o empenho realizado pela visita e a fazendo recomençar os "protocolos" de visita o, adicionando mais espera.   necessário esperar para saber qual foi a unidade para qual o preso foi direcionado, a espera pelo término do pote, as esperas intrínsecas ao recomen o do processo de juntarrecursos para visita o como também para organizar uma nova viagem para outro lugar desconhecido, com nova organiza o, novos horários e novas pessoas.

4. As visitas: distâncias, esperas e incertezas

E meu, eu falava 'mano eu nunca vou ser uma mina que vai na porta de cadeia' sabe? E mano, agora eu to indo, tipo eu to pagando com a minha língua assim memo, e falando: não mano   isso aí, sabe? tipo tendo f  memo... nossa tipo, porque eu tenho muita f  em Deus, eu acho que   ele que me ajuda sabe? de tudo assim  , vai colocando as pessoas e tudo vai acontecendo sabe? Mas porque também eu t  tentando ser uma pessoa melhor, sabe? Então, tipo as coisas vão acontecendo né... eu acho que   assim com todo mundo.

(Juliana, P2)

Godoi (2015) traça o perfil das visitantes no Estado de São Paulo através dos visitantes cadastrados no sistema penitenciário paulista no período entre o ano de 2012 e primeiro semestre de 2013. De um total de 402.697 visitantes cadastrados, 260.202 eram mulheres adultas, 72.307 eram homens adultos, 8.868 eram adolescentes femininas, 8.036 adolescentes masculinos e 53.284 eram crianças menores de 12 anos. Esses dados, que demonstram uma maioria de mulheres no universo da visita o, delimitam o comum uso do artigo feminino para se referir às visitas, mas não devem definir que este   um grupo homogêneo. Esse grupo de mulheres   diverso em suas *caminhadas*, com histórias de vida e motiva es para visitar muito particulares.

Uma senhora me contou que estava ali para visitar seu sobrinho, que quando foi preso passou a ser rejeitado por toda a família. Ela, que gostava muito dele, lhe escrevia cartas e visitava-o sempre que podia mas guardava isso em segredo. De toda a família, apenas seu marido sabia da sua comunica o com o sobrinho, já que seria motivo de escândalo se essa

informação chegasse aos outros familiares. Um casal de irmãos visitava o pai preso. Uma senhora visitava o filho, que não podia receber visitas da companheira por ter sido preso enquadrado na Lei Maria da Penha depois de tê-la agredido. Uma moça jovem nos disse que se estava com o *preso* quando “tava bom na rua” também estaria ali com ele nas *consequências*. Xuxa e Paolla já passaram pela prisão, onde conheceram seus maridos e muito atravessadas pela lembrança de como é estar presa e também de não receber visita, fazem tudo que podem para estar lá. Apesar da tentativa de padronização que os protocolos de visitação exprimiam, os rostos, nomes, histórias e endereços, presentes em todos aqueles corpos que se mobilizavam à espera do alarme da penitenciária, eram múltiplos. Biondi (2009) reflete sobre como são singulares as pessoas presentes em frente ao portão da penitenciária ao ouvir as histórias das outras visitas e qual seria o melhor modo de definir aquela multidão sem reduzi-la à um grupo homogêneo. A partir de uma citação de Nietzsche (2000), sobre como todo conceito nasce da igualação do não-igual, abandonando as diferenças individuais e criando uma representação, Biondi deixa claro que, ao se referir aos *presos* e aos *irmãos*, usa-se uma estratégia discursiva para se referir a um grupo heterogêneo de pessoas mas que estão *sintonizados* na mesma *caminhada*.

“Ao mesmo tempo em que meus interlocutores dizem fazer parte da mesma caminhada, o que corresponde a compartilhar um rumo, lembram que cada um tem ou faz a sua. Caminhada é também um termo utilizado para se referir a uma situação, mas que ainda implica movimento e inclui a própria maneira pela qual se lida com esta situação. O alcance e a densidade dessa caminhada variam conforme as experiências vivenciadas por eles e a forma pela qual tecem suas relações, constroem sua reputação, traçam suas estratégias, demonstram sua disposição. No caso das companheiras dos presos, a qualidade de sua caminhada está relacionada à sua dedicação ao marido.”

Uma visita estar na *caminhada* implica uma série de procedimentos que devem ser desempenhados, como a frequência na visitação, o envio do *jumbo* e levar uma boa quantidade de comida no dia da visita. Por outro lado, cada uma tem a sua própria *caminhada*, atrelada a sua trajetória e história de vida. Esse fato se mostrou evidente quando conhecemos Juliana. Como já relatado anteriormente, Juliana trabalhava vendendo seus artesanatos de macramê e sua renda se limitava à seu sustento e o dinheiro que viabilizava sua ida à visita dependia do desempenho de suas vendas. Por esse motivo Juliana também não tinha condições de levar comida para seu *preso* em todas as visitas em que estava presente. Apesar de a quantidade de comida levada e a frequência na visitação incidirem diretamente na forma como as visitas enxergam umas às outras, Juliana relatou ter sido muito bem recebida pelas outras mulheres, que prontamente ofereceram um lugar para

dormir no quarto alugado por elas, além de poder deixar seus trabalhos guardados junto às coisas das outras mulheres enquanto estivesse dentro da penitenciária visitando.

4.1 Iguais entre as iguais

A P1 e a P2 de Itirapina são separadas pela malha urbana da cidade de Itirapina e tem muitas diferenças. Além de terem sido construídas em contextos diferentes, elas também são opostas na divisão *cadeias do Comando* e *cadeias de oposição*. Segundo Silvestre (2011), falas de nossas interlocutoras e de algumas discussões encontradas em grupos de visitas no facebook, a P1 seria uma *cadeia de oposição* e a P2 uma *cadeia do Comando*. Em todos os momentos que tivemos em campo essas diferenças sempre se apresentaram através das características de organização de suas visitas, mas elas vão muito além de suas formas de gerir a espera: os presos do PCC e aqueles considerados inimigos, como presos de outras facções não-aliadas, agentes ou ex-agentes de segurança pública e estupradores não se misturam e conseqüentemente suas visitas também não. Suas divisões pelo espaço penitenciário se estabeleceram através da *guerra* e estão em constante tensão e disputa²². Essa divisão perpassa todos os espaços ocupados, sejam eles uma penitenciária, um ônibus, uma hospedaria ou grupos de visitas na internet. Giane Silvestre (2011) relata como um hotel que recebia visitas em Itirapina era gerido de forma que as visitas da oposição não se encontrassem com as *PCCéias*, como eram chamadas as *cunhadas* por elas:

“De acordo com Julia, ela morava no hotel com a dona do estabelecimento em troca de ajudá-la na limpeza e organização do local, mas não podia permanecer ali aos finais de semana, pois neste período chegavam as mulheres de membros do PCC, que geralmente vinham em um ônibus fretado e representavam a maior parte da clientela do hotel. Para solucionar este impasse, a dona do hotel alugou uma pequena casa, cerca de quatrocentos metros dali, e a sublocava às outras mulheres, as quais como Julia, não eram companheiras dos membros do PCC.”

(SILVESTRE, 2011; p. 158)

²² As tensões e disputas entre o PCC e outras facções são trabalhadas em “Memória e historicidade em dois comandos” prisionais” (Biondi; Marques, 2010). Nesse texto, os autores constroem um diálogo fictício, baseado nos resultados de suas pesquisas, entre um membro do Primeiro Comando da Capital e um membro do Comando Revolucionário Brasileiro da Criminalidade sobre a historicidade dos dois comandos e suas disputas no sistema penitenciário paulista.

Mas nem sempre esses encontros eram evitados. Lima (2013), em uma de suas viagens de campo com as *cunhadas*, presenciou o momento em que elas descobriram que uma mulher que havia pedido carona para elas era *coisa*, ou seja, visitava em uma *cadeia de oposição*:

Eu ainda fazia as contas a fim de saber a idade da guia quando uma mulher desconhecida aproximou-se e perguntou se estávamos indo para a cidade de São Paulo. Mediante a resposta afirmativa da guia, a mulher disse que sua excursão a havia esquecido na parada e pediu uma carona. As mulheres olharam-se e, depois de alguns instantes de silêncio, uma cunhada disse à guia: “tá no seu peito. Decide aí”. A guia esperou até que todas as passageiras voltassem ao ônibus e, antes de consentir a carona, expôs a “situação” para todas as visitas. Ninguém se opôs em levar a mulher à capital, mas ressaltaram a inexistência de assentos vazios no ônibus. A mulher não se incomodou. Em pé no fundo do ônibus, ouvíamos sua conversa com as demais cunhadas. A prosa estava animada. Falavam alto, davam muitas risadas, até que uma cunhada interferiu: “perai, que história é essa que você é do Habanero? Você é da minha quebrada que eu te conheço. Tá mentindo, por quê?”. A mulher desconhecida ficou muda. Questionada por várias cunhadas ao mesmo tempo, a ponto de não mais ser possível discernir o que falavam, a guia foi chamada. Logo veio à tona que a mulher visitava o marido em “cadeia desfavorável”, o que significava dizer que para as cunhadas seu marido era considerado coisa. “ELA É COISA”, gritaram do fundo do ônibus. A mulher foi, então, empurrada até a saída do ônibus. Assim que atravessou a porta que nos separava do motorista, trancou-a visando se proteger. As cunhadas gritavam para o motorista parar o ônibus e atirar “A COISA PRA FORA”. Outras diziam que era inaceitável viajar com uma mulher que “fecha com estuprador”. Algumas gritavam que decerto a mulher havia sido paga pra queimar o ônibus com a gente dentro. Outras ainda lembravam que os presos se aborreceriam pela carona prestada à “coisa”. Uma cunhada grávida de oito meses chutava a porta que nos separava da mulher-coisa ao mesmo tempo em que gritava para o motorista: “JOGA A COISA NA ESTRADA”. Eu observava tudo aquilo praticamente imóvel. Uma senhora, claramente religiosa, soltou seus cabelos e passou a rezar alto com os olhos fechados. O som da oração misturava-se às vozes de algumas crianças que também se manifestavam: “aqui é comando! Joga essa coisa na estrada”. As cunhadas passaram a cobrar uma atitude efetiva da guia que pediu silêncio e, seriamente, disse ao motorista: “para já esse ônibus pra essa mulher descer. Senão, quem vai segurar o B.O. da presença dela aqui é você”. Imediatamente o motorista parou e a mulher-coisa desceu do ônibus. Não sabíamos exatamente onde, só sabíamos que a estrada estava completamente deserta e escura.

(LIMA, 2013; p. 17-18.)

Essa preocupação em não *fechar*, ou seja apoiar, com *coisa* se junta a várias outras questões que mobilizam a constante atenção não só das *cunhadas* mas de todas as visitas que frequentam as *cadeias do Comando*. Isso se deve ao fato de que em cadeias *dominadas pelo Comando* a ética também se estende às visitas, mesmo que estas não sejam *cunhadas*. Biondi (2009) relata a preocupação de seu marido de que ela fosse devidamente orientada sobre como agir nos dias de visita, já que a dinâmica do PCC não abrange somente seus membros, mas todos os presos que cumprem pena em seus territórios. Ele a instruiu a sempre respeitar a ordem da fila e as outras visitas, pois se agisse em desacordo com as recomendações ou fosse inconveniente a *cobrança* viria para ele e sofreria *consequências*²³ por não ter *instruído* sua visita de forma adequada. Embora essas recomendações fossem bem conhecidas entre as visitantes e constantemente acionadas, elas não se surpreendiam quando alguém agia em desacordo. Essas situações podem gerar conflitos e questionamentos que podem se encerrar entre as visitas, geralmente intermediados ou travados com a *guia*. Se o conflito não se resolve entre as mesmas, a *cunhada* ou a *guia* não satisfeita com o que foi decidido ou debatido pode recorrer a *Sintonia do Ônibus*, que é uma Sintonia²⁴ do PCC que trata dos assuntos relacionados às visitas.

Assim como Biondi (2009) relata em seu trabalho, também ouvi várias vezes das mulheres com quem conversei em Itirapina que, apesar do respeito, não era recomendado confiar em ninguém, o que incluía não guardar objetos para outras pessoas, não fazer favores, não guardar lugar na fila e principalmente não descuidar do *jumbo*, pois alguém poderia colocar drogas ilícitas dentro dele. Um caso descrito por Biondi (2009) é quase como uma história padrão contada pelas visitas: uma senhora idosa deixou suas sacolas com outra mulher enquanto saía para comprar cigarros. Sabendo que o *preso* que a senhora visitava estava presente no mesmo raio que o *preso* dela, a mulher colocou drogas na sacola da senhora, que só descobriu no momento da revista quando os agentes prisionais identificaram a droga, sendo presa em flagrante por tráfico de drogas. Esse é um dos motivos pelos quais o *jumbo* deve estar sempre sob constante atenção: tanto por ser uma parte muito importante da

²³ A *cobrança* é uma das *consequências* possíveis de agir em desacordo com as recomendações e leis do PCC. Para uma explicação mais completa sobre a sistemática das *consequências* e como se dão as punições, ver Biondi (2009).

²⁴ O sistema de gestão do PCC acontece por meio de sintonias autônomas. Segundo Segundo Feltran (2018) “a posição do *disciplina* ou do *sintonia* concentram autoridade. São posições de poder. Entretanto, essa autoridade não é da pessoa que ocupa a posição, nem permite que ela dê ordens a outros irmãos; a autoridade é da própria posição, portanto da irmandade. Para uma descrição mais detalhada sobre como funcionam as Sintonias e o modo de gestão do PCC ver: Feltran 2018; Biondi 2009.

visita, quanto pelo risco de ser gravemente prejudicada caso alguém insira algo ilegal dentro dele. Essa desconfiança mútua se tensiona com a ideia de igualdade. Ao mesmo tempo que todas ali *correm com o Comando*, o que denota a elas a posição de igualdade, entre as *cunhadas* existem algumas divisões morais que se realizam a partir da *caminhada* de cada uma. A dedicação ao *preso* aparece como um item importante da construção moral da visita perante as outras. Nesse sentido, o *tempo* e, conseqüentemente a *espera* que a visita se dispõe a dedicar ao seu *preso* faz com que ela seja bem vista entre as outras *cunhadas*. A “mulher fiel” é uma categoria de oposição às outrascategorias, que não se dedicam tanto ao seu *preso* e não tem interesse genuíno por ele (LIMA, 2013).

Uma particularidade das visitas em *cadeias do Comando* é a existência das *guias*. Os presos costumam afirmar que a visita é sagrada e essa sacralidade está baseada no "sacrifício" que as visitas fazem ao aceitar enfrentar todas as dificuldades para exercer o direito de visitação (BIONDI, 2009). Por isso o PCC costuma fretar os ônibus que atravessam o Estado com as *cunhadas* (SILVESTRE, 2011). Como é uma viagem longa e que pode ter muitas paradas, a posição da *guia* surgiu para otimizar esse processo auxiliando as outras visitantes. Dessa forma, a *guia* tem sob sua responsabilidade distribuir os assentos, anotar as ordens de chegada, reservar ou indicar pousadas, zelar pelos horários de partida, pausas e chegada, etiquetar as bagagens – a identificação das malas é importante no caso de, numablitiz policial, encontrarem drogas e armas no interior do bagageiro. Todo esse trabalho é recompensado com a possibilidade de viajar sem pagar, por isso, muitas vezes as mulheres escolhidas para ocupar a função de *guia* são aquelas que, além de estarem entre as mais respeitadas, apresentam maiores dificuldades financeiras. Esse modelo de viagem coletiva intensifica os vínculos entre as familiares – que além de compartilharem o tempo de espera na fila, dividem também horas e horas na estrada como uma grande espera coletiva e cria uma rede de comunicação contínua para verificação das vagas disponíveis, dos horários e pontos de partida, dos custos da viagem, etc (GODOI, 2010) As guias se tornam assim, gestoras de tempo a fim de que, coletivamente, a espera de todas as visitas que estão sob sua responsabilidade seja a menor possível. Mas essa não é uma preocupação só da *guia*, é também uma preocupação individual, já que se algo der errado, como uma blitz ou uma quebra do ônibus, todas serão prejudicadas em sua *gestão das esperas esperadas*.

A organização das visitas em *cadeias de oposição* se mostrou mais individual, às vezes distribuídas em grupos pequenos, outras vezes distribuídas em duplas, como é o caso de Xuxa e Paolla. Todas as vezes que fomos até a P1, não era difícil ver pessoas chegando sozinhas, com seus *jumbos* e esperando em silêncio até que o alarme soasse

pontualmente às 8h da manhã. Diferente da P2, onde era frequente o trânsito de vans trazendo visitas de várias cidades da região, em frente a P1 as pessoas chegavam aos poucos e iam se amontoando no canto do portão de grade numa tentativa de se proteger do vento frio. O maior grupo de pessoas que vi chegar junto naquela penitenciária foi quando o ônibus intermunicipal Rio Claro - Itirapina encostou no meio-fio para que várias mulheres descessem com suas bolsas transparentes carregadas de comida. Na P1 acompanhamos Xuxa e Paolla. Enquanto esperávamos Paolla para irmos todos juntos até o portão de entrada da P1, observamos Xuxa, que montava o *jumbo*, distribuindo cuidadosamente os itens dentro da bolsa transparente enquanto criticava a arbitrariedade dos funcionários:

Dois pacote de bolacha,, 1kg de açúcar...as vezes não quer deixar entrar, ah isso entra, ah isso aqui não entra... é o que eles querem, vai pelas caras também sabe? as vezes to com uma cara bonita né hoje... eu acho que tá, deixa eu ver. Não, tá inchada.

Depois ele pega um grande pote de arroz temperado e nos exhibe enquanto diz demonstrando orgulho do capricho com que preparou a comida:

Já preparei a comida ontem né? O arroz que eu fiz pro meu amor, óh o cheiro que delícia... mó gostoso aí... isso aqui é uma festa lá dentro. Porque como eu já fiquei muito tempo preso, isso eu divido pra várias pessoas também lá né, que não tem visita.

Com o *jumbo* montado, Xuxa pegou o celular e mandou um áudio apressando Paolla, que ainda não havia chegado. Enquanto esperávamos, ele nos contou que achava bom o fato de seu marido dividir cela com o da amiga, pois assim Xuxa e Paolla se apoiavam:

O marido dela e o meu mora na mesma cela, sabe? Eles pegaram amizade, então eles fica na mesma cela, é bom até pra dar força, pra um ajudar o outro né. E assim, quando eu não venho, ela vem, que ela faz comida, aí ela leva, ela chega lá, dá o meu recado, passa o recado pro meu marido e divide a comida, entendeu? Aí também quando ela não vai, eu faço a mesma coisa.

Paolla chegou à pousada com seu *jumbo* completamente preparado. Ela me disse que preferia comprar as coisas na cidade que morava e que achava o preço das comidas no mercado de Itirapina muito caras. Dessa forma, apesar de Xuxa e Paolla terem uma amizade, a gestão da espera esperada era realizada de forma individual, com cada pessoa realizando seus afazeres no seu tempo e no seu espaço, se encontrando apenas no horário de se dirigir à penitenciária. No caso das interlocutoras de Silvestre (2011) as dez mulheres dividiam a *casinha*²⁵ e apenas um fogão. As mulheres geriam o tempo respeitando o

momento de cada uma usar o fogão. Enquanto Vera preparava sua macarronada, Júlia estava no mercado comprando as coisas para seu jumbo. Quando ela chegou, Vera terminou de cozinhar e se retirou enquanto Júlia ocupava o fogão. Depois de colocar a comida no fogo e continuar sua conversa com a autora, Cláudia passou a picar os ingredientes que seriam usados no preparo de sua comida, que seria a próxima a ocupar o fogão. Dessa forma, o grupo de mulheres organizava coletivamente mas também individualmente o tempo.

4.1. “De repente *canto o bonde dele*”: a transferência inesperada e o aumento da espera

Durante a gravação do documentário, o marido de Paolla foi repentinamente transferido. Larissa, uma das integrantes da nossa equipe, encontrou Paolla no ônibus intermunicipal Itirapina - São Carlos indo embora e relatou que ela estava abalada. Depois desse acontecido, pouco contato tivemos com Paolla, que teve que se reorganizar para visitar seu marido em outro município do interior de São Paulo. Quando conversamos com Xuxa, ele nos explicou que mesmo a visita entrando em contato com a administração da unidade penal para saber acerca do preso, é possível chegar para visitar e o preso ter sido transferido:

É porque, ou foi ele que provocou alguma coisa... eu ainda não fiquei sabendo. De repente *canto o bonde dele* de madrugada, quer dizer, na sexta feira não tinha nem como ela ligar, porque na quinta-feira é o dia que a gente liga né, pra saber. As vezes de última hora a gente não fica sabendo. Ai o que, vocês viram: ela veio, fez a comida, eu acompanhei a semana dela todinha, ralando, ralando, fazendo corre para pode vim visitar o marido dela né. E é assim, eles manda de bonde, não avisa, não avisa pra família ‘ó fulano foi de bonde’, avisa nada, jamais eles vão liga, é nois que tem que liga, se não vem e dá essa viagem perdida. Agora eu vô fica mais esperto né, vo tê que ta ligando na sexta, porque ninguém sabe o que acontece.

(Xuxa, P1)

Ainda sobre a comunicação da administração com a família, Xuxa completa:

É comum, isso acontece várias vezes... se você vim aí, às vezes a pessoa não tá aí, às vezes tá internado. Do nada. Até a pessoa doente mesmo eles não avisam pra família 'ó, a pessoa tá internada, tá doente, não vai poder ir, não vai poder ter visita, não venha', é, por exemplo, nem precisava avisar que não precisa vir na visita 'ó fulano de tal tá doente, tá no hospital' não, eles não avisam. A primeira coisa quando chega na delegacia, lá no CDP, é chega pro preso e pergunta 'se morre preso, pergunta pra quem da família? tem um telefone porque se você morrer tem que comunicar com alguém'. Pronto, só isso. É o que eles perguntam

(Xuxa, P1)

²⁵ Forma pela qual as interlocutoras se referiam à casa alugada que dividiam nos finais de semana.

A transferência é sempre uma possibilidade e ela pode ter um caráter dúbio: pode ser uma resposta a um pedido de aproximação familiar ou transferência para alguma unidade penal conhecida entre os presos como um local com mais chances de obter os benefícios de trabalho, estudo ou progressão de pena mas também pode acontecer como uma forma de punição. De qualquer forma ela nunca é isenta de sofrimento. Quando Biondi (2009) visitava seu marido, ela presenciou o momento em que vários presos *foram de bonde*. Enquanto conversava com as outras mulheres, os portões do CDP abriram para a passagem do *bonde*. *Bonde* é o nome dado ao caminhão que transporta os presos de uma unidade prisional à outra, mas também para audiências e julgamentos, enquanto *ir de bonde* é como se refere à ser transferido. As mulheres se aproximaram na tentativa de ver quem estava no caminhão, sem sucesso. Uma das mulheres que estavam ao seu lado comentou que era grande a chance que seu marido estivesse naquele *bonde*, já que ele tinha pedido transferência para uma unidade onde pudesse progredir de pena, o que não é possível dentro de um CDP. A mulher desabafa que mesmo a possibilidade dele estar sendo transferido seja uma boa notícia, considerando a progressão de regime, ela estava muito nervosa de imaginar que ele poderia estar dentro daquele caminhão. Segundo Mãe Bonita, uma interlocutora de Padovani (2015) “O principal instrumento de tortura do Estado hoje em dia é o *bonde*”. Nesses dias, entre 30 e 40 presos são algemados uns aos outros e colocados neste caminhão onde não há lugar para todos se sentarem nem entrada de luz ou ar, apenas a fumaça do diesel do caminhão. Com os presos embarcados, os agentes que estão na direção fazem questão de que a condição seja a pior possível, dirigindo rápido sem frear em lombadas, buracos ou curvas. Além disso, os presos transferidos dificilmente têm o mesmo destino, o que torna a viagem ainda mais longa e tortuosa, com um itinerário que pode incluir quantas paradas forem necessárias. Todas essas condições debilitantes fazem com que seja muito comum os presos vomitarem, urinarem e defecarem no caminhão, não sendo raro aqueles que desmaiam (BIONDI, 2009; PADOVANI, 2015).

Quando a transferência não é uma resposta a uma solicitação do preso e de sua família, ela pode acontecer como uma forma de punição. Como já dito anteriormente, existem unidades prisionais usadas como castigo pelas características de seus regimes mas também por serem mais distantes e de difícil acesso, o que demanda maior dedicação, tempo e dinheiro, e conseqüentemente aumenta os processos de *espera* para visitar. Mas para além desse tipo de punição, a própria transferência pode ser enxergada enquanto uma forma de castigo que atinge tanto o *preso* quanto sua(s) visita(s). O *preso*, além de ter que se

adaptar *aorito* da nova unidade e estabelecer novas relações com seus companheiros de cela e funcionários da prisão, também tem que deixar seu cargo de trabalho ou vaga de estudo (se tiver) para voltar à espera por uma nova oportunidade. Além disso, o processo do preso fica retido na unidade penal da qual foi transferido, fazendo com que o mesmo perca temporariamente acesso ao seu processo. Já a visita precisa passar por uma reorganização da rotina, recalculando os gastos e o tempo necessários para visitar na cidade para qual o preso foi encaminhado (BIONDI, 2009; GODOI, 2010, 2015).

Assim que o *preso* é transferido para uma nova unidade penal, ele deve indicar o nome dos familiares para que estes sejam incluídos no rol de visitas. Depois dessa indicação a visita deve esperar um período de 30 dias para enviar a documentação necessária para que sua carteirinha de visita seja confeccionada. Durante esses 30 dias o *preso* fica em regime de observação e não pode receber visitas nem *jumbo*, já que é necessário ter a carteirinha de visita para enviar o sedex ao *preso*. Enviados os documentos exigidos pela Secretaria de Administração Penitenciária, a documentação pode ser recusada caso não tenha sido enviada dentro dos padrões ou não tenha sido comprovada a condição de companheira do preso ou vínculo familiar de 2º grau. Se a documentação for aceita, é necessário esperar até 30 dias para que a carteirinha esteja pronta²⁶. Considerando que os processos burocráticos descritos aqui foram concluídos com sucesso, depois de aproximadamente dois meses é possível que a visita novamente se organize a fim de visitar seu *preso*.

O fato de *cada cadeia ter seu ritmo* (BIONDI, 2009, PADOVANI, 2015) significa que cada unidade tem seu próprio modo de funcionar, com particularidades no procedimento de revista das visitas, diferenças na lista de alimentos permitidos ou proibidos, nos documentos necessários para confeccionar a carteirinha de visita. Algumas unidades também têm em suas proibições restrições acerca das cores das roupas usadas pelas visitas e de alguns itens específicos do *jumbo*, como no caso do CDP de São Bernardo do Campo onde é proibido que qualquer material enviado no *jumbo* contenha a cor azul, como tampas de desodorante, hastes de cotonetes, tampa de desinfetante, até escovas de dente que contenham cerdas azuis. Essas especificações variam de unidade para unidade e também ao longo do tempo, o que faz com que as visitas precisem estar sempre atentas sobre os protocolos da unidade que visitam e se atualizar após uma transferência.

Segundo o site da Secretaria de Administração Penitenciária a lista contendo os itens permitidos e proibidos devem ser solicitados à unidade a ser visitada via email, telefone ou

²⁶ Todas as informações citadas se encontram no site <http://www.sap.sp.gov.br/ouvidoria/ouvidoria-faq.html>

(Acessado em 12/04/2022).

presencialmente. Considerando que a maior parte dos familiares precisam viajar para visitar, esse contato acontece majoritariamente por telefone ou e-mail, o que deixa os familiares em posição de espera pela resposta. Como a *espera* é preciosa, as visitas estão sempre se organizando a fim de que ela seja sempre a menor possível: numa forma de driblar a espera por informações elas se organizam em grupos e páginas do Facebook e Whatsapp. São inúmeras as páginas sobre visitas, geralmente com títulos que remetem às vivências como “Amor atrás das grades” ou “Guerreiras Unidas das Penitas”, onde é possível encontrar desde relatos de vivências, saudade e pedidos de ajuda para visitar até indicações de grupos de Whatsapp e Facebook de visitantes de cada unidade penal onde é preciso se identificar para entrar. Além disso, existe um grupo no Facebook chamado “Tudo sobre CDP’s e Penitenciárias”, onde as pessoas podem buscar informações sobre as unidades penais paulistas. São várias as postagens de pedidos de informação sobre *guias*, telefone de penitenciárias, indicações de transporte e um álbum de listas de *jumbo* e *sedex*. Neste grupo estão reunidas informações sobre várias unidades penais do Estado, com listas detalhadas sobre o que entra e o que não entra em cada unidade, formatos e tamanhos das caixas que devem ser enviadas por *sedex*, horários de visitação, restrições de roupa etc.

5. Conclusão:

Tipo a gente não tem certeza de absolutamente nada... então, já consegui controlar bastante a minha ansiedade assim, né. Eu acho que eu vou ficar mais ansiosa depois do julgamento, entendeu? Eu não tenho como atropelar o tempo né, tem que esperar. Infelizmente né?

(Juliana, P2)

Esse trabalho teve como objetivo discutir as várias esperas que aparecem no processo que antecede a passagem das visitas pelo portão de entrada das prisões paulistas. A prisão moderna é regida por diversos processos de espera, seja ela o cumprimento da pena, a espera relacionada às informações e andamentos dos processos, a espera do preso pela sua visita ou, no caso apresentado aqui, a espera que atravessa a vida dos familiares dos presos que visitam. Essas esperas se apresentam de duas formas: as esperas esperadas, são aquelas que são inevitáveis, como o tempo de espera pelo final de semana, o tempo sentado no ônibus durante a viagem, a espera no portão da penitenciária. Essas esperas são geridas com muita atenção pelas visitantes de forma que elas aconteçam da forma mais controlada possível, quase cronometradamente. Todo tempo gasto é precioso. As outras esperas são as esperas que surgem como consequência do incerto: acontecem quando o *preso* é transferido inesperadamente. Esse processo de transferência inesperada descarta todo o tempo que foi

cuidadosamente gerido pelas visitantes, junto com os recursos mobilizados com muito esforço para a realização da visita. Todas essas esperas não culminam na realização do objetivo final, a visita, o que causa frustração e tristeza nas visitantes. Depois dessa quebra de expectativa, as visitantes passam por outros processos de esperar sob os quais não tem controle: é preciso que o *preso* indique o nome dos familiares ao rol de visita, que o *pote* do *preso* termine, que a administração confeccione a carteirinha. Dessa forma, pretendi demonstrar e discutir brevemente como a dinâmica do sistema penitenciário paulista apresenta protocolos e esperas que dificultam os familiares de exercerem o direito de visitação e como esses familiares se organizam, de formas diferentes, para continuar visitando.

Bibliografia:

Biondi, Karina. "Junto e misturado: imanência e transcendência no PCC." (2009).

BRAMAN, D. Families and incarceration. Tese (Doutorado em Filosofia) - Yale University, New Haven, 2002.

CALDEIRA, Teresa Pires. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. Editora 34, 2000.

COMFORT, M. L. Doing Time Together: love and family in the shadow of the prison. Chicago: University of Chicago Press, 2008.

Elias, Norbert. *Os estabelecidos e os outsiders*. Zahar, 2000.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. Leya, 2014.

GODOI, Rafael. Vasos comunicantes, fluxos penitenciários: entre dentro e fora das prisões de São Paulo/Communicating vessels, penitentiary flows: between inside and outside of the prisons in São Paulo. **Vivência: Revista de Antropologia**, v. 1, n. 46, 2015.

GODOI, Rafael. **Fluxos em cadeia: as prisões em São Paulo na virada dos tempos. 2015**. 2015. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado em Sociologia)–Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

GODOI, Rafael. **Ao redor e através da prisão: cartografias do dispositivo carcerário contemporâneo**. 2010. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

Júnior, James Humberto Zomighani. "cartografias da interiorização penitenciária no estado de são paulo." *verve. revista semestral autogestionária do Nu-Sol*. 25 (2014).

LIMA, Jacqueline Stefanny Ferraz de. "Mulher fiel: as famílias das mulheres dos presos relacionados ao primeiro comando da capital." (2013).

MAUER, M.; CHESNEY-LIND, M. (Orgs.). *Invisible Punishment: the collateral consequences of mass imprisonment*. New York: New Press, 2002.

Marques, Adalton José. "Humanizar e expandir: uma genealogia da segurança pública em São Paulo." (2017).

MARQUES, JB de A.; MACHADO, M. L. *História de um massacre*. Casa de Detenção de S. Paulo. 1993.

PADOVANI, N. C. . *Sobre casos e casamentos: Das redes de afetos e dos relacionamentos amorosos através das penitenciárias femininas das cidades de São Paulo e Barcelona* (Doctoral dissertation, Tese (Doutorado em Antropologia), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp). (2015)

SILVESTRE, Giane. *Dias de visita: uma sociologia da punição e das prisões em Itirapina*. 2011.

GÓES, Eda Maria. Transição política e cotidiano penitenciário. **História (São Paulo)**, v. 23, n. 1-2, p. 219-238, 2004.

TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. Violências e dilemas do controle social nas sociedades da "modernidade tardia". **São Paulo em perspectiva**, v. 18, n. 1, p. 3-12, 2004.

TRAVIS, J. e WAUL, M. (Orgs.). *Prisoners Once Removed: The Impact of Incarceration and Reentry on Children, Families, and Communities*. Washington DC: Urban Institute Press, 2003.

WACQUANT, Loic. Crime e castigo nos Estados Unidos: de Nixon a Clinton. **Revista de Sociologia e Política**, n. 13, p. 39-50, 1999.

ZWEIG, Stefan. **Encontros com homens, livros e paizes**. Guanabara, 1938.